

**“A TRANSEXUALIDADE É MAIS DETERMINADA DO QUE UMA DETERMINAÇÃO, É MAIS UMA RESPOSTA IMOTIVADA DO QUE UMA AGÊNCIA NO MUNDO”:
ENTREVISTA COM DANIELI CHRISTÓVÃO BALBI**

DANIELI CHRISTÓVÃO BALBI¹ 

ANSELMO PERES ALÓS² 

ADAUTO LOCATELLI TAUFER³ 

AMARA MOIRA⁴ 

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação e Artes. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: natural.balbi@gmail.com

²Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: anselmoperesalos@gmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio de Aplicação. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: adautotaufer@gmail.com

⁴Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária. Campinas, SP, Brasil. E-mail: amoiramara@gmail.com

EDITOR-CHEFE:

Gerson Roberto Neumann

EDITOR EXECUTIVO:

Regina Zilberman

SUBMETIDO: 30.04.2021

ACEITO: 15.06.2021

COMO CITAR:

BALBI, Danieli Christóvão;
ALÓS, Anselmo Peres;
TAUFER, Adauto Locatelli;
MOIRA, Amara. “A transexualidade é mais determinada do que uma determinação, é mais uma resposta imotivada do que uma agência no mundo”: entrevista com Danieli Christóvão Balbi. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 23, n. 44, p. 246-252, set.-dez., 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212344dbaaatam>

<http://www.scielo.br/rblc>
<https://revista.abralic.org.br>

Os organizadores do presente número da *Revista Brasileira de Literatura Comparada* entrevistam Danieli Christovão Balbi, Licenciada em Letras e mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Primeira professora transexual da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Danieli Balbi fala de sua formação, de sua trajetória acadêmica, de seus atuais interesses de pesquisa e de seus vínculos com os debates transfeministas dentro e fora da universidade.

***Revista Brasileira de Literatura Comparada (RBLC):* Danieli, antes de tudo, gostaríamos de agradecer imensamente pela sua gentileza e disposição para responder às nossas perguntas. A primeira questão que nos interessa é um tanto delicada, e já assinalamos de antemão que, caso seja de sua vontade, eliminaremos esse questionamento da versão final da entrevista. Via de regra, quase sempre que alguém se dirige a uma pessoa trans no início de uma entrevista, coloca-se a questão do momento que a pessoa entrevistada se percebeu transexual e de como foi o seu processo de transição. Para muitas pessoas trans, essa pergunta pode ser invasiva (por tocar em questões que muitas vezes se deseja que sejam mantidas em foro íntimo). Para outras tantas, responder a esse tipo de questionamento é fundamental, na medida em que permite à pessoa entrevistada marcar posicionamentos políticos, assegurando visibilidade às especificidades de suas respectivas trajetórias de vida. Deixamos em aberto a questão para você.**

Danieli Christovão Balbi (DCB): Lembro-me de me perceber transexual aos quatro anos de idade, quando pedi à minha mãe que me auxiliasse a mudar o meu corpo, tornando-o mais feminino. Diante da sua reação, contudo, entendi que deveria recalcar essa demanda. Mais tarde, a latência da situação de transexualidade apresentou-se como disforia, levando-me a um quadro depressivo agudo, até que me submeti à transição que, no meu caso, previu a cirurgia de confirmação de gênero.

***RBLC:* Você poderia falar um pouco sobre sua trajetória intelectual e sua formação como professora de literatura e língua portuguesa? Pudemos observar, a partir das informações constantes no seu CV Lattes, que inicialmente sua formação foi no Bacharelado em Letras, e que posteriormente você cursou também a Licenciatura (ambas na UFRJ). Em que momento o magistério e a educação surgiram como horizonte profissional ao longo de sua formação?**

DCB: Honestamente, o magistério nunca esteve em primeiro plano. Apesar do reconhecimento da importância da educação pública e de quão eu sou depositária de sua oferta, eu desde sempre procurei me formar com e como ficcionista, poeta, dramaturga. Nesse sentido, eu procurei uma formação que fosse ampla, completa, densa e que me permitisse ingressar no mercado de trabalho formal com maior segurança, tendo em vista as necessidades pelas quais passava minha família – formada quase que exclusivamente por minha mãe solo. Nesse processo, eu encontrei a carreira do magistério para as séries do Ensino Básico, me entusiasmei com a possibilidade de travar contato com a juventude que se formava em um tempo de acentuada perda da capacidade de narrar de forma integral e o cada vez maior distanciamento das habilidades que a produção da ficção e sua apreciação reclamam: abstração,

figurativização, suspensão da descrença, distanciamento e aprofundamento histórico, fabulação, elaboração *etc.* Hoje, distante da carreira docente no magistério em nível básico, eu atribuo parte significativa das minhas melhores qualidades como roteirista à experiência que tive com o ensino de literatura, a testagem e as experimentações que pudemos fazer sobre os procedimentos universais e particulares ao nosso tempo no que se refere ao (re)encantamento, mesmo que provisório, com a arte, ao engajamento mimético-diegético e à suspensão voluntária da descrença.

***RBLC:* Sua dissertação de mestrado (defendida em 2014) tomou como objeto a peça *Rasga coração*, de Oduvaldo Vianna Filho. Já sua tese de doutorado (defendida em 2019) apresenta um estudo do teatro brasileiro que dá destaque para as peças *Eles não usam Black-Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, e *Eles não usam tênis naique*, de Marcia Zanellatt, entre outros textos dramáticos. Ambos os trabalhos foram orientados pela Profa. Eleonora Ziller Camenietzki, e defendidos no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da UFRJ. Gostaríamos que você falasse um pouco sobre seu trabalho com o teatro brasileiro, e do seu particular interesse em pensar o teatro nacional na interface cultura/política.**

DCB: A *dramatis* encanta-me desde muito cedo. Felizmente, minha mãe sempre incentivou o hábito da leitura em mim e em meu irmão, o que me ajudou a desenvolver o exercício de especulação acerca da materialização daquelas figuras que animavam o universo diegético. Assim que ingressei na UFRJ, encontrei as pesquisas desenvolvidas no Departamento de Ciência da Literatura, interessada em fundamentos teórico-críticos materialistas e formalistas. Conheci a professora Eleonora Ziller Camenietzki e, coincidentemente, naquele período ela ministrava uma disciplina sobre dramaturgia brasileira contemporânea e questões de classe. Eu era já leitora assídua dos clássicos da dramaturgia, passando por Ésquilo, Shakespeare, Racine, Nelson Rodrigues, Brecht; também fui muito impactada pelos escandinavos Ibsen e Strindberg, entre outros. A questão da estetização do real me chamava muito atenção, de modo que vi naquele curso a oportunidade de estudar os mecanismos de construção da flexão dramática, as proposições a respeito das continuidades e rupturas das convenções cênicas em função do efeito de realismo, naturalismo e, conseqüentemente, das disputas em torno do conceito de realismo em literatura, terreno de investigações e provocações caras aos materialistas. Assim, comecei a investigar a forma como essas questões surgem no Brasil enquanto problema de feixe, como foram alguns anos antes em Europa. A saber: qual o ponto de intersecção entre arte engajada, proposição crítica, teórica e convencional por uma arte engajada e as questões diretamente relacionadas, tais como os procedimentos miméticos e os efeitos de real, de ilusão, até a experimentação da catarse e da elaboração crítica e argumentativa diante da arte.

***RBLC:* Você atua desde 2016 como professora de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e, mais recentemente, passou a atuar também como professora na Escola de Comunicação e Artes da UFRJ. Como se dá o seu trânsito entre esses dois ambientes de trabalho bastante distintos (de um lado, a Educação Básica, de outro, o Ensino Universitário)?**

DCB: Foi muito proveitoso e muito importante, como dito, ter trabalhado no Ensino Básico. À época da conclusão do doutorado, pedi permuta e fui realocada na Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos das Mulheres da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Isso porque a precarização da estrutura da secretaria, o volume de trabalho e o pouco incentivo aos professores que, como eu, se esforçam em ministrar suas disciplinas da melhor forma, acaba sendo incompatível com o estudo em nível de pós-graduação. Além disso, a implicação afetiva e com as demandas da mesma natureza de um contingente de alunos desassistidos por um Estado omissivo e ausente desgastam-nos, de tal sorte que pode nos levar ao adoecimento. Os alunos, sem exceção, foram sempre acolhedores, compreensivos, respeitosos e, sem sombra de dúvidas, a melhor parte da docência.

RBLC: Ao longo de sua produção intelectual, percebe-se um acento bastante interseccional. Todavia, sua produção possui um relevo distinto, na medida em que, ao contrário dos trabalhos que abarcam gênero, raça/etnia e classe social (nessa ordem de importância), um olhar mais panorâmico sobre o que você escreve parece evidenciar uma inversão na ordem de prioridades. Atrevemo-nos a sinalizar que a sua proposta de interseccionalidade parte das questões de classe social, vai ao encontro das pautas étnico-raciais e só então chega às questões de gênero, demonstrando que a ordem dos fatores não apenas altera o produto, mas também desestabiliza a própria lógica que permite o cálculo. Nossa percepção está correta? Se sim, você poderia explorar um pouco mais como isso funciona nas prioridades do seu trabalho intelectual, particularmente quando toma o texto literário como objeto de investigação?

DCB: Boa questão! Isso porque, nos idos de 2007, quando ingressei na universidade, além de haver pouco estudo acerca das determinações de gênero e raça sobre a literatura – aqui falo particularmente da UFRJ –, eu já vinha carregando para dentro da universidade uma trajetória militante em um partido muito rígido no sentido da centralidade da classe e do trabalho sobre tudo mais. Hoje eu tenho a certeza de que a nossa compreensão do processo se qualificou demais, incluindo a inter-relação que consubstancia o fenômeno da opressão, da construção das hierarquias sociais, humanas, que estabelece assimetrias de toda sorte e como elas são insuspeitas e sub-reptícias. Mas fica a seguir um exemplo mais concreto. Por anos estudei as determinações da pobreza no Rio de Janeiro como determinada pela formação das classes sociais no Brasil e sua lógica de reprodução ao longo do tempo, incidindo no processo de favelização. Daí, inclusive, meu interesse em *Eles não usam black-tie*. Quanto mais estudei isso, mais eu me confrontava com a necessidade de incluir o racismo como organizador, explicitador e ao mesmo tempo “camuflador”, como concorrente estrutural do processo. Assim, chegando à estrutura, chega-se à alteridade negativa que é, de acordo com as feministas emancipacionistas, o marcador fundante da exploração e da opressão de gênero. Tudo isso me leva ao desenvolvimento de um projeto que está em fase de decupagem técnica para posterior filmagem, cuja premissa consiste, basicamente, na história e na importância das mulheres negras na rede do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

RBLC: No seu ensaio “A transexualidade não é revolucionária, a vida é”¹, você explicita o quanto a visibilidade e a emersão do movimento trans têm colaborado para explicitar o quanto sexo e gênero são, na verdade, mais do que unidades discretas de análise social, ficções regulatórias da

1 Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/a-transexualidade-nao-e-revolucionaria-a-vida-e/>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

experiência humana. Em certo sentido, esse argumento já foi apresentado por algumas feministas lésbicas materialistas e pós-estruturalistas, tais como Monique Wittig, Teresa de Lauretis e Judith Butler. Gostaríamos que você explicitasse se o argumento apresentado em seu ensaio toma essas autoras como ponto de partida e gostaríamos também que você retomasse um pouco do seu raciocínio sobre a questão nesse espaço.

DCB: O argumento, na realidade, é a materialização do desconforto acerca da ideia de que ser transexual basta para ser radical. Contra a ideia, inclusive, de que a transexualidade é um ato por si de radicalidade e que deve ser vivido assim. É um argumento que aponta, ao mesmo tempo, contra um identitarismo liberal, por um lado, e uma esquerda liberalizante, a famosa “esquerda lacradora”. Recupero, dessa forma, o argumento de Teresa de Lauretis, para quem as tecnologias de regulação e instituição de gênero, sendo ficcionais e funcionais, são insuspeitas e estão, como apresenta Judith Butler, constantemente se atualizando sem muito agenciamento da consciência; isto é, *distante da percepção*. Então, a transexualidade é mais determinada do que uma determinação, é mais uma resposta imotivada do que uma agência no mundo. Assim, é muito comum mulheres transexuais – na verdade, o esperado, do ponto de vista da atualização das tecnologias de gênero – reproduzirem papéis e funções que instituem a norma, ainda que a própria norma, na sua realização concreta, exista em abstração. Para resumir, não se deve esperar que uma pessoa transexual seja observada ou mesmo constrangida a uma ruptura constante com todos os padrões e as expectativas – românticas, simbólicas, estéticas, normativas *etc.* –, o que, no limite, leva a uma experiência de descontinuidade, fragmentação e perda. É mais efetivo levar toda sociedade ao questionamento dessas funções que a todos atravessam, escancarando a normatividade como constrangimento e ficção, ao mesmo tempo que vivida como sobredeterminação; um questionamento operado, portanto, sem qualquer forma de pressionamentos acerca da radicalidade como experiência individual, descolada e ultrassubjetiva, mas coletiva e inter-relacionada.

RBLC: Você recentemente participou da coletânea organizada por Juliana Berlin e Jorge Marques, intitulada *Trans Literaturas: estudo de literatura sobre personagens trans* (2. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019). Gostaríamos que comentasse a obra e, mais especificamente, a sua colaboração para a referida antologia de ensaios.

DCB: *Trans Literaturas* é uma coletânea de pesquisadores que analisam ficções que tratam da experiência da alteridade. Gostei muito do convite e, como esperado, o convite para prefaciar a obra foi a materialização da necessidade da perspectiva diferente, do ponto de vista da autoria e da dimensionalidade não universal, especificamente no que se refere aos estudos de universos e personagens.

RBLC: Na esteira dessa discussão, como você avalia a emersão na academia brasileira desse novo objeto de estudo que, não sem disputas e polêmicas, responde pelo termo “literatura trans”?

DCB: Eu temo que seja vivido como fetiche, como reatualização do fetiche da alteridade que mantém a ideia da diferença e contribua pouco com a naturalização. Vigilante nesse sentido, avalio positivamente.

RBLC: Há pelo menos três possibilidades de definição do termo *literatura trans*: a que entende literatura trans como o *corpus* de textos literários que se ocupa de enredos e de personagens trans (dando ênfase à questão da *representação*), a que reconhece a literatura trans como aquela estritamente produzida por pessoas trans (dando ênfase à questão da *autoria*) e, finalmente, uma terceira aceção, que classifica um dado texto literário como literatura trans se, e somente se, tanto a temática quanto a autoria do texto em questão estiverem alinhadas (em outras palavras, haveria a necessidade simultânea de *autoria e representação* para qualificar uma dada obra como literatura trans). Como você se posiciona no contexto desse debate?

DCB: Todas as perspectivas são válidas, poderosas e, como disse, ajudam a desfeticizar a experiência trans; mesmo quando repõem a fetichização, seja pelo elogio da pretensa perversão, seja pelo fascínio idealista, essa literatura nos ajuda a ampliar a discussão sobre a transexualidade. No geral, acho empobrecedor criar uma reserva de assuntos, temas, mercados *etc.*, o que não significa que eu entenda como boas e densas as iniciativas que não envolvam a realidade da experiência: seja como coleta de relato, seja como pesquisa de campo, seja como relato de experiência: de alguma forma, é preciso que pessoas trans reais façam parte do processo.

RBLC: Se por um lado o debate entre o movimento trans e os movimentos feministas tem se revelado altamente produtivo nos últimos anos, também é verdade que esse diálogo nem sempre é pacífico. Os debates no campo dos movimentos sociais são, por definição, arenas de disputa e de negociação. Como você vê essa tensão (que ora tende à aproximação e à coalizão, ora tende à emancipação e ao afastamento) entre o feminismo “hegemônico” (por assim dizer), o feminismo negro e o transfeminismo?

DCB: Como feminista emancipacionista de orientação marxista, não posso deixar de ver como empobrecedor e como prejuízo à luta de todas as mulheres divisões segregatórias. Isso não significa, em absoluto, que eu, como mulher negra e transexual, não valorize a contribuição das mulheres negras e transexuais como imprescindíveis para a compreensão da determinante misoginia e do machismo, bem como nossas pautas específicas como urgentes. O que é importante ressaltar é que, tendo como dinamismo comum a misoginia e o racismo estruturantes, mulheres negras e trans participam em uma sociedade misógina e racista, que hierarquiza etnias e experiências de ser mulher de acordo com as funções que essa estrutura determina para as diversas concretudes do ser mulher: empregadas domésticas, esposas, mães, prostitutas, passistas, deboche e objeto de descarte.

RBLC: Em sua opinião, essas tensões que vemos no campo dos movimentos sociais (feminismo “hegemônico”, feminismo negro e transfeminismo) estão “espelhadas” nos debates que têm como espaço a teoria e a universidade, ou há diferenças entre esses campos (o do ativismo e o da atuação acadêmico-intelectual)? Se por um lado é praticamente impossível – especialmente depois dos trabalhos de Antonio Gramsci – distinguir entre *prática intelectual* e *prática política*, por outro há especificidades importantes entre o trabalho que se desenvolve dentro da universidade e aquele que se desenvolve junto a outras comunidades fora da esfera acadêmica. [Em certo sentido, você responde a essas questões no seu ensaio “A transexualidade não é revolucionária, a vida

é”, que mencionamos anteriormente. Ainda assim, gostaríamos que retomasses essas questões no contexto dessa entrevista].

DCB: Essa questão é uma provocação importante e abre-se como oportunidade de falar sobre um problema que tem me afligido: a estandardização do discurso político na era do *delete*. Observa-se uma cada vez maior padronização das palavras de ordem, pasteurização dos discursos, que já são afetados na sua pouca articulação argumentativa e causal e, mais que isso, a espera pela perda do fio, até que a pessoa que perde o tal fio, tendo sido herói até ontem, possa fenecer diante dos seus algozes, guardiães da militância. Isso tem favorecido aquela lógica *assembleísta*, egóica e narcisista, que é a estetização da política alertada por Walter Benjamin. Falta o contraditório, a tensão, o não resolvido e, assim, a proposição mais justa. Falta academia à política, mais do que nunca.

RBLC: Por vezes, temos a impressão que a visibilidade trans está muito mais presente no cenário da música e do audiovisual brasileiro do que no campo específico da literatura. Como professora da Escola de Comunicação e Arte da UFRJ e como pesquisadora do campo da literatura brasileira, você poderia falar um pouco dessa questão?

DCB: A literatura, como produto de cultura mais resistente à industrialização, em geral, tende a ser mais obtusa e retardada. Acho que logo e cada vez mais teremos literatura trans feita por ou tomando como objeto o fenômeno da transexualidade.

RBLC: Encaminhando-nos já para o final da entrevista, você poderia comentar um pouco quais são os seus projetos e interesses acadêmicos para o futuro?

DCB: Curiosa a pergunta, e muito a calhar. Hoje, tenho atuado basicamente como roteirista, procurando ficcionalizar jornadas de mulheres negras, trans e pobres em suas heroicidades cotidianas. Paralelamente, estou terminando a versão editada da minha tese e estudando convite para escrever uma obra que trata sobre classe, gênero e raça no contexto brasileiro, ainda muito embrionária, mas que tem me provocado demais.

REFERÊNCIAS

BALBI, D. C. *A subtração do trabalho e da história no drama social contemporâneo: de black-tie a tênis naique*. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Orientadora: Eleonora Ziller Camenietzki.

BALBI, D. C. *Rasga Coração: o sentido de revolucionário por seleção metonímica*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Orientadora: Eleonora Ziller Camenietzki.

BALBI, D. C. “A transexualidade não é revolucionária, a vida é”. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/a-transexualidade-nao-e-revolucionaria-a-vida-e/>. Acesso em: 01 maio 2021.